

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE  
LEI Nº 3057, DE 2000.**

**PROJETO DE LEI Nº 3057, DE 2000.**

**(Do Sr. Bispo Wanderval)**

*Dispõe sobre o parcelamento do solo  
para fins urbanos e sobre a  
regularização fundiária sustentável de  
áreas urbanas, e dá outras providências*

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se no Projeto de Lei nº 3.057, de 2000, onde couber, o seguinte dispositivo:

**"Art. - Observadas as exigências previstas nesta Lei e na lei de que trata o art. 97, bem como as demais normas municipais e estaduais aplicáveis, o plano de regularização fundiária de interesse social pode definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, incluindo, entre outros pontos:**

**I - o tamanho dos lotes ou das unidades autônomas;**

**II - o percentual de áreas destinadas a uso público ou a uso comum dos condôminos;**

**III - as faixas de APP, respeitada a margem mínima de 15 metros em cursos d'água e reservatórios naturais e artificiais;**

**IV - as compensações ambientais."**

**JUSTIFICATIVA**

A emenda ressalva as normas editadas pelos Estados sobre a matéria (há Estados que possuem inclusive dispositivos constitucionais específicos), bem como assegura que a flexibilização das exigências ambientais só é aplicável à regularização fundiária de interesse social. E, mesmo nesta, não se pode aniquilar, por completo, os mecanismos legais de proteção do meio ambiente e das águas, especialmente aqueles do Código Florestal. Por isso, particularmente no que se refere às APPs ciliares, estabelece-se um mínimo de 15 metros, parâmetro este que é bastante razoável, considerando-se os patamares da legislação florestal hoje aplicável, que chegam a 500m. Por último, a emenda prevê a possibilidade de compensações ambientais, o que, na prática, já ocorre atualmente.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2006.

**Dep. SARNEY FILHO**  
**PV/MA**